



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo nº
80520948.000032/2026-13

PROCESSO:	80520948.000032/2026-13
ASSUNTO:	ORG. E FUNCIONAMENTO - Pedido, oferecimento e informação diversos (geral)
INTERESSADO:	COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO, SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO



REUNIÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Ata da 3ª Reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão

18 de maio de 2026

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 9h30, na sala 310 do anexo II do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) para tratar dos assuntos da respectiva Comissão, sob a presidência do Desembargador Rilton Góes Ribeiro. **1. Membros Presentes** Estiveram presentes, na modalidade presencial, o Desembargador Rilton Góes Ribeiro (Presidente); a Juíza de Direito Maria do Rosário Passos da Silva Calixto; a Juíza de Direito Lívia de Melo Barbosa, representante da Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), na modalidade online; e os servidores Jorge Medrado Júnior (Diretor de Suprimento e Patrimônio), Leonice Santos Salgado (representante da Controladoria do Judiciário - CTJUD), Bruno Bellas Prado (Coordenador de Projetos Arquitetônicos - CPROJ), João Eudes Alves Ferreira (Chefe de Unidade de Coordenação de Saúde Ocupacional), Diva Maria de Jesus Roxinho (Assistente de Gabinete), Larissa da Silva Smeraldi (Diretora de Secretaria, 19ª V Rel) Rita de Cássia Casaes Araújo (Assessora de Desembargador), Maíra Dantas Fernandes (NAI) e Ítala Chaves Sampaio Limongi (NAI). **2. Pontos de Pauta e Discussão 2.1. DFDs - Adequações de Acessibilidade no Prédio Sede do TJBA** Foram verificados os encaminhamentos relativos às demandas de adequação de acessibilidade no prédio sede do Tribunal, com os seguintes resultados: **2.1.1 Vagas especiais de estacionamento no Fórum Ruy Barbosa e Fórum das Famílias:** encaminhado para a DEA, com registro no SEI. **2.1.2 Demarcação de vaga para**

peças usuárias de cadeira de rodas nas salas de sessões I, II e IV: encaminhado para a CPROJ, com registro no SEI. **2.1.3 DFD - Criação de rampa de acesso ao púlpito:** pendente de assinatura no SEI. **2.1.4 DFD e ETP para instalação de elevador para acesso ao plenário,** tendo sido debatida a necessidade de ampliação da área de circulação e adequação estrutural do espaço, com previsão de acesso interno direto ao plenário, objetivando proporcionar maior autonomia e conforto às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Pendente de assinatura no SEI. **2.1.5 Quanto à rampa de acesso ao estacionamento dos Desembargadores,** o DFD já foi elaborado e encaminhado a DEA, com registro no SEI. **2.2. Parceria - Evento dos 35 Anos da Lei de Cotas (APAE)** Confirmada a realização do evento em parceria com a APAE no dia 24 de julho de 2026. Foi informado que o Tribunal disponibilizará o auditório e estrutura de apoio para realização do evento, assim como o coffee break. Ofício encaminhado à SGP para viabilização da parceria, com registro no SEI. **2.3. Política de Combate à Discriminação Contra a Pessoa com Deficiência (Parceria com SEGESP/Recomendação AUDI)** Foi apresentada a necessidade de realização de reuniões técnicas para construção da política institucional, permanecendo pendente reunião com Pedro Lúcio Silva Vivas e Diva Maria de Jesus Roxinho para o dia 20 de maio de 2026. **2.4. Curso de Acessibilidade Digital (Recomendação AUDI)** Foi relatado que já foram iniciadas tratativas com especialistas da área, incluindo contatos com representante da UNEB, Patrícia Magris, e empresa especializada sediada em São Paulo, Acesso para Todos. Em relação ao processo no SEI iniciado pela AUDI sobre este curso, foi enviado as evidências de elaboração do curso. **2.5. Inclusão de QR Code nas Placas Acessíveis** Registrou-se que a implementação foi encaminhada e segue em acompanhamento pela Comissão através do SEI. **2.6. Diligências e Representação na Comissão** Reiterou-se que todas as diligências serão cobradas ao representante titular que integra a Comissão. **2.7. Reunião Administrativa com o NAI** Foi deliberada a implantação de reuniões administrativas periódicas entre a Comissão e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI, inicialmente previstas para ocorrer quinzenalmente, com objetivo de acompanhamento contínuo das ações institucionais: a primeira reunião ocorrerá na 1ª quinzena, em 01/06/2026 (segunda-feira), às 11h; a segunda reunião será na 2ª quinzena, em data a definir. **3. O Que Ocorrer** **3.1. Projeto Escuta Ativa** Apresentado o Projeto Escuta Ativa e debatida a realização de contatos aleatórios com comarcas e unidades judiciais, inclusive por meio de reuniões virtuais, visando identificar barreiras arquitetônicas, comunicacionais e operacionais enfrentadas por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Serão selecionados 5 (cinco) comarcas de Primeira Instância, 5 (cinco) de Segunda Instância e 5 (cinco) do nível Final, escolhidas de forma aleatória, com realização de convite. **3.2. Orçamento da CPAI** Discutido o orçamento da Comissão. As servidoras Maíra Dantas Fernandes e Leonice Santos Salgado ficaram responsáveis por tratar o assunto com a SGP. **3.3. Fibromialgia - Condições Especiais de Trabalho** Foi consignado que o Tribunal atualmente dispõe do teletrabalho como principal medida de adaptação funcional, permanecendo em debate a possibilidade de ampliação das políticas institucionais voltadas aos servidores acometidos pela condição. Ressaltou-se a necessidade de avaliação biopsicossocial pela junta médica competente, conforme exigência legal, bem como a importância de orientação adequada aos servidores quanto aos procedimentos administrativos necessários para requerimento das adaptações funcionais cabíveis. **3.4. PDA - Plano de Desenvolvimento de Acessibilidade** Tratou-se do acompanhamento do cumprimento do PDA. O servidor Daniel Campos Carneiro Mehlem ficará responsável por apresentar, na próxima reunião administrativa com o NAI, o relatório de cumprimento do Plano. **3.5. Levantamento de Servidores com Deficiência:** Discutida a necessidade de levantamento do quantitativo de servidores com deficiência no âmbito do TJBA. A servidora Maíra Dantas Fernandes ficou responsável pela realização do levantamento de dados. **3.6. Ofício aos Presidentes de Câmara e Seções - Sustentação Oral por Advogado(a) Autista**

(Recomendação) Considerando a importância da promoção da acessibilidade, inclusão e respeito às pessoas com deficiência e neurodivergências no âmbito do Poder Judiciário, foi recomendada a elaboração de Ofício endereçado aos(às) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Desembargadores(as) Presidentes das Câmaras do TJBA e os responsáveis pelos Juizados, no sentido de que, havendo requerimento formulado por Advogado(a) Autista para que sua sustentação oral seja realizada ao final das sessões de julgamento – em razão da redução do público presente nesse momento –, seja o pleito acolhido, sempre que possível. Sendo o Ofício posteriormente publicado.

4. Deliberações

4.1. Aprovado o acompanhamento do DFD para criação de rampa de acesso ao estacionamento dos Desembargadores (Proc. SEI nº 80520948.000016/2026-21).

4.2. Aprovada a condução do Projeto Escuta Ativa, com seleção aleatória de 5 (cinco) comarcas de cada instância (Primeira, Segunda e Final).

4.3. Definido que as servidoras Maíra Dantas Fernandes e Leonice Santos Salgado tratarão do orçamento da CPAI diretamente com a SGP.

4.4. Definido que o servidor Daniel Campos Carneiro Mehlem apresentará, na reunião administrativa com o NAI, relatório de cumprimento do PDA.

4.5. Definido que a servidora Maíra Dantas Fernandes realizará levantamento do quantitativo de servidores com deficiência no TJBA.

4.6. Aprovada a elaboração de Ofício de Recomendação aos Desembargadores Presidentes de Câmara referente à sustentação oral por Advogado(a) Autista ao final das sessões, para posterior publicação.

4.7. Próxima reunião ordinária agendada para o dia 15 de junho de 2026 (3ª segunda-feira do mês), às 9h30.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata.

Desembargador Rilton Góes Ribeiro

Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI



Documento assinado eletronicamente por **RILTON GOES RIBEIRO, Desembargador**, em 25/05/2026, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tjba.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0952225** e o código CRC **6C415454**.

Referência: Processo nº 80520948.000032/2026-13

SEI nº 0952225